

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às 13h30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalarmi, 1.121, 1º andar, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina - IPRESA, com o **objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, analisando o cenário macroeconômico de curto prazo e as expectativas de mercado, relatar e avaliar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de fevereiro/2017, também distribuir, relatar e avaliar o Relatório Analítico dos Investimentos em fevereiro/2017, definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência fevereiro/2017, descontadas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 10 de março de 2017), definir aplicação de valores a serem recebidos do pagamento da 3ª parcela do Parcelamento nº 00980-2016, autorizado pela Lei Municipal nº 1.027, de 23 de novembro de 2016, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS e comunicar o aguardo da renovação do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária em função do parcelamento de débitos.** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros do **Comitê de Investimentos**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Sebastião Batista da Silva, **Diretoria Executiva**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Célia Maria Bassi, **Conselho Deliberativo**: Ellen Sandra Ruza Poliseli, Osmar Games Martins, Silmara Porto Penariol, Carlos César de Oliveira e Sebastião Batista da Silva e do **Conselho Fiscal**: Sônia Aparecida Fiorilli, Isvaldir Lopes Veigas e Izuméria Aparecida da Costa Prajo. Dando início à reunião, foi explanado conforme os estudos dos economistas que na EUROPA o consumo das famílias e a recuperação dos investimentos garantiram o crescimento econômico da zona do euro, no último trimestre de 2016. A agência Eurostat confirmou a sua estimativa anterior de que o PIB dos 19 países do bloco evoluiu 0,4%, em relação ao trimestre anterior e 1,7% na base anual. A Alemanha, o maior país da região, também cresceu 0,4% no quarto trimestre do ano anterior e 1,9% na base anual. Já em 2017, em janeiro, as vendas no varejo caíram pelo terceiro mês consecutivo, ao registrar uma baixa de 0,1% ante dezembro. Em fevereiro, no entanto, o crescimento da atividade empresarial foi o mais forte em quase seis anos e a criação de empregos a mais rápida em quase uma década, devido à força da demanda e das exportações, conforme o PMI composto. Por outro lado, a inflação do consumidor voltou a acelerar e chegou a 2% na base anual, o nível mais alto desde o início de 2013. Entre os principais componentes da inflação, a energia apresentou o maior aumento, seguida dos alimentos, bebidas e tabaco. EUA: Conforme a segunda estimativa divulgada pelo Departamento de Comércio, o PIB americano no quarto trimestre de 2016 subiu 1,9% em taxa anualizada. Assim, a maior

economia do mundo teve um avanço de 1,6% no ano passado, depois de crescer 2,6% em 2015. A perda de ritmo no último trimestre do ano refletiu a queda das exportações, uma aceleração nas importações e uma desaceleração dos gastos do governo federal. Já a criação de novos empregos não agrícolas, em fevereiro, estimada em 200 mil vagas, foi efetivamente de 235 mil vagas. A taxa de desemprego caiu de 4,8%, em janeiro para 4,7%. Em sua reunião logo no início do mês, o FED manteve entre 0,50% e 0,75% a taxa básica de juros e projetou um cenário positivo para a economia, sugerindo que está no caminho para o aperto monetário ainda este ano. ÁSIA Na China, as exportações dispararam 7,9%, em base anual em janeiro, muito acima do esperado, após uma queda em 2016. Também as importações se aceleraram, sinal de recuperação da segunda maior economia mundial. No Japão, o PIB anualizado cresceu 1,2% no último trimestre de 2016, depois de uma primeira leitura de 1%. MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL: No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento de 2,49% a.a. no final de janeiro, terminaram fevereiro com um rendimento de 2,51% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico encerraram o mês rendendo cerca de 1,22% a.a. Os emitidos pelo governo alemão fecharam o mês com rendimento de 0,38%. Paralelamente, o dólar se valorizou 1,11% perante o euro e 0,02% perante o yen, por exemplo. A bolsa alemã subiu 2,33% e a inglesa (FTSE 100) 2,04%, por exemplo. A do Japão (Nikkei 225) subiu 1,27%, enquanto a americana (S&P 500) avançou 3,88%, atingindo outra vez novo nível recorde. No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent caiu no mês 0,65%. NACIONAL ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA: De acordo com o IBGE, o PIB do Brasil caiu 3,6% em 2016, depois de ter recuado 3,8% em 2015. Somente no quarto trimestre a queda foi de 0,9%. O setor agropecuário, com o recuo de 6,6% foi o que apresentou a maior baixa, seguido do industrial que caiu 3,8% e o de serviços, com queda de 2,7%. Por sua vez, a taxa de desemprego chegou a 12,6% no trimestre encerrado em janeiro, conforme a Pnad Contínua. O contingente de desempregados atingiu 12,9 milhões de pessoas. A renda média de R\$ 2.056,00 ficou maior em 0,4% que a recebida no mesmo período de 2016. SETOR PÚBLICO: Conforme informou o banco Central, o setor público consolidado registrou superávit primário de R\$ 36,7 bilhões em janeiro. Em doze meses o déficit acumulado alcançou R\$ 147 bilhões (2,33% do PIB), ante déficit de R\$ 155,8 bilhões (2,48% do PIB) em 2016. As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 387,2 bilhões (6,13% do PIB). Já o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 534,2 bilhões (8,46% do PIB), também em doze meses. A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em janeiro R\$ 4,39 trilhões (69,7% do PIB). INFLAÇÃO O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), caiu de janeiro para fevereiro, de 0,38% para 0,33% e registrou a menor taxa para o mês desde 2000. Em doze meses, a alta acumulada foi de 4,76% e no ano de 0,71%. As maiores altas de preços foram no grupo educação e as maiores quedas no grupo alimentação. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,24% em fevereiro, após a elevação de 0,42% em janeiro. Em doze meses a alta foi de 4,69% e no ano de 0,66%. JUROS: Em sua **segunda**

reunião de 2017, o Copom, pela quarta vez seguida reduziu a **taxa Selic**, desta vez de 13% para **12,75% aa**. Na ata do encontro, os membros do comitê sinalizaram que o ritmo de queda pode ser acelerado, o que seria uma antecipação do ciclo. **CÂMBIO E SETOR EXTERNO**: A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de fevereiro com o dólar cotado em R\$ 3,0993, com uma desvalorização de 0,89% no mês e de 21,34% em doze meses. Em janeiro, as transações correntes, apresentaram déficit de US\$ 5,1 bilhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 23,8 bilhões. Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 11,5 bilhões no mês, as reservas internacionais terminaram janeiro em US\$ 374,9 bilhões e a dívida externa bruta em US\$ 316,7 bilhões. A Balança Comercial, por sua vez, teve em fevereiro de 2017 um superávit de US\$ 4,56 bilhões, o maior superávit para o mês e acumula no ano um saldo de US\$ 7,28 bilhões. **RENDA FIXA**: Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de fevereiro acabou sendo o do IDkA 20A (IPCA), com alta de 9,07%, seguido do IMA-B 5+ com 5,06% e do IMA-B Total, com 3,85%. Em doze meses, o melhor desempenho foi o do IDkA 20A (IPCA) com 68,27%, seguido do IMA-B 5+ com 35,45% e do IRF-M 1+ com alta de 28,97%. **RENDA VARIÁVEL**: Para o Ibovespa, a alta no mês foi de 3,08%, no ano de 10,68% e o resultado acumulado em doze meses foi de um expressivo ganho de 59,14%. Além do forte fluxo de investimento estrangeiro, o desempenho das bolsas internacionais no mês acabou por também favorecer as ações locais. **PERSPECTIVAS MERCADO INTERNACIONAL**: Se por um lado os juros dos títulos americanos subiram com a expectativa de que o FED execute uma política monetária mais agressiva em 2017, por outro as bolsas também subiram com a expectativa gerada pela mudança tributária que o governo Trump pretende realizar, diminuindo a carga tributária tanto de empresas quanto de indivíduos. Num primeiro momento o principal fato a ser monitorado é a reunião do FED marcada para março, onde uma elevação da taxa é esperada, principalmente graças a robustez do mercado de trabalho e na sequência, o anuncio de medidas do novo governo norte-americano, que deverão vir. **MERCADO NACIONAL**: No mercado local, as expectativas estarão centradas no andamento das reformas propostas pelo governo e pelo eventual impacto que a Operação Lava Jato possa ter sobre ele. Também será importante observarmos os movimentos das autoridades monetárias americanas e os impactos que poderão exercer sobre a conduta da política monetária no Brasil. Sob a ótica da alocação dos recursos dos RPPS, tendo-se em vista o médio e longo prazos, a recomendação é de uma exposição de 50% nos vértices mais longos (dos quais 20% direcionados para o IMA-B 5+ e/ou IDKA 20A e 30% para o IMA-B Total), 20% para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) e 5% para o vértice mais curto, representado pelo IRF-M 1, e mesmo pelo DI, face a constituir uma reserva estratégica de liquidez e proteção das carteiras. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de

risco, que possibilitam uma remuneração que supera as metas atuariais. A nova tabela abaixo passa a melhor ilustrar a alocação sugerida dos recursos, em função da qualificação do RPPS investidor. Quanto à renda variável, a recomendação é uma exposição de no máximo 25%, já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%). Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de fevereiro/2017** aos presentes, o qual foi avaliado e aprovado. Foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Mensal dos Investimentos referente ao mês de fevereiro/2017, onde se verificou que foram observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.922/2010**, de 25 de novembro de 2010, expedida pelo Banco Central do Brasil, podendo-se confirmar que os investimentos do IPRESA estão todos enquadrados na legislação pertinente e o mesmo foi aprovado pelos membros. **Seguindo foi avaliada e definida a aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência fevereiro/2017, descontas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 10 de março de 2017), definir aplicação de valores a serem recebidos do pagamento da 3ª parcela do Parcelamento nº 00980-2016, autorizado pela Lei Municipal nº 1.027, de 23 de novembro de 2016, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.** Conforme solicitação feita à consultoria Crédito & Mercado, e conforme análise da carteira de investimentos foi sugerido aplicação dos **recursos novos em fundos atrelados ao IMA-B 5+**. A estratégia com relação aos recursos novos é viável haja vista que em virtude das condições do mercado, as variações na taxa de juros, influenciam diretamente no comportamento dos papéis que compõem a carteira dos fundos de investimentos de renda fixa indexados aos títulos públicos, principalmente os de vencimentos mais longos como é o caso do IMA-B 5+, porém mantendo os fundos com caráter defensivo. Na análise feita, das instituições credenciadas, conforme mostram os relatórios constantes dos arquivos de investimentos o **FUNDO BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO é o fundo com melhor desempenho nos 12 meses – 35,16% contra 34,89,% do FUNDO CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP, 35,13% DO FUNDO BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5+ FIC RENDA FIXA.** A ação visa aplicar a estratégia onde os recursos novos devem ser direcionados para os vértices mais longos, para ativos indexados ao IMA-B 5+, de forma a aproveitar o momento financeiro e potencializar os ganhos neste momento. Com isso, os recursos oriundos do **recolhimento previdenciário da competência fevereiro/2017, cujo vencimento se dará em 10/03/2017 e os valores a serem recebidos do pagamento da 3ª parcela do Parcelamento nº 00980-2016, serão aplicados no FUNDO BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO, visando ajustar os**

investimentos na obtenção dos melhores resultados e na mitigação de riscos, dando prioridade aos ativos já pertencentes à carteira no período analisado. Observou-se que os investimentos estão devidamente enquadrados perante os limites definidos pela Resolução 3.922/10, porém de acordo com a política de investimentos para o exercício de 2017, alguns limites encontram-se abaixo do previsto como limite inferior, e avaliações estarão sendo efetuadas para que o ajuste seja concretizado, porém com devida cautela. Foi discutido e decidido o resgate de valores do Fundo SANTANDER IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA de forma a colaborar com a adequação da carteira de investimentos com a PAI- 2017 e ao mesmo tempo suprir as necessidades com o pagamento da folha de pagamento e demais despesas administrativas do mês de março de 2017, uma vez que os valores registrados no fundo costumeiramente em que se faz os resgates (SANTANDER IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA) não serão suficientes para cobertura das despesas do referido mês, evitando também a geração de tarifas bancárias por conta de resgates de fundos de outras instituições financeiras. Foi também comunicado que tendo em vista a **celebração do Acordo de Parcelamento há que se aguardar a liberação da renovação do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária, uma vez que o Ministério da Previdência está avaliando a documentação pertinente.**, Em seguida o Comitê de Investimentos deu ciência do teor da reunião à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo na presença do Conselho Fiscal, os quais ratificaram as decisões tomadas. Continuando ficou definido que próxima reunião ordinária do **Comitê se dará em 11 de abril de 2017, às 13h30min.** Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes. Santa Albertina, 10 de março de 2017.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____

Rosângela Marisa Tezzon: _____

Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO DELIBERATIVO:

Ellen Sandra Ruza Polisel: _____

Osmar Games Martins: _____

Silmara Porto Penariol: _____

Carlos César de Oliveira: _____

Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO FISCAL:

Sônia Aparecida Fiorilli: _____

Isvaldir Lopes Veigas: _____

Izuméria Aparecida da Costa Prajo: _____

DIRETORIA EXECUTIVA:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____

Rosângela Marisa Tezzon: _____

Célia Maria Bassi: _____